

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 8 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne uma Universidade, dois Centros Universitários e 33 faculdades, distribuídas em 19 Estados do país. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

As informações trimestrais da Estácio foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2012.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 – “Demonstrações Intermediárias”. Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21/IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações trimestrais individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21 – “Demonstrações Intermediárias” e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas nas informações trimestrais para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão consistentes com àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas

contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2012, com a única exceção que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da Companhia, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

2.1. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	30/06/2012	31/12/2011
	Direta	Direta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100%	100%
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100%	100%
Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. Estácio Editora	100%	100%

	30/06/2012	31/12/2011
	Indireta	Indireta
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100%	100%
Faculdade de Natal Ltda. ("FAL")	100%	100%
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100%	100%

O período de abrangência das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a

contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.2.1 – Controladas indiretas

- (i) Em 05 de abril de 2012, a Companhia adquiriu por meio de sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda (“ATUAL”), a totalidade das quotas do capital social da Associação Educacional da Amazônia (“ASSEAMA”), mantenedora da Faculdade Seama, com sede e campus na Cidade de Macapá, Estado do Amapá. O valor da transação foi de R\$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Seama possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades em Amapá possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado da cidade (informações não auditadas).

A Companhia ainda não procedeu com a alocação do ágio, pois encontra-se em processo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos assim como a identificação dos ativos intangíveis.

- (ii) Em 25 de junho de 2012, a Companhia adquiriu por meio de sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda (“ATUAL”), a totalidade das quotas do capital social da IDEZ Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples LTDA (“IDEZ”), mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa (“UNIBRATEC”), com

sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$2.750, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

A Companhia ainda não procedeu com a alocação do ágio, pois encontra-se em processo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos assim como a identificação dos ativos intangíveis.

2.3. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas das atividades são reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços respectivos.
- As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias da controladora e consolidado. As informações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.6. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.7. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

2.8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de informações contábeis intermediárias da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de informações contábeis intermediárias da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de

fechamento do balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.10. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso, projetos, fundo de comércio (carteira de alunos) e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável

sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente

ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 9).

2.13. Arrendamento mercantil

► Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

► Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os custos de captação/transação são apresentados líquidos dos saldos dos empréstimos.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício,

com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16. Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para desmobilização de ativos", o valor presente destes custos.

2.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.18. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) - SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura

normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na

extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.19. Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.20. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade

social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.21. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As premissas e conclusões sobre a avaliação do valor recuperável estão divulgadas nas notas 9 e

10.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.24. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos, financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados,

também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

2.26. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	105	154	17.928	18.509
Aplicações financeiras		1.376		3.348
	105	1.530	17.928	21.857
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	107.852	109.424	145.545	108.526
Debêntures de Instituições Financeiras	3.103	37.671	4.188	39.039
	110.955	147.095	149.733	147.565
Total	111.060	148.625	167.661	169.422

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundo exclusivo, Certificados de Depósito Bancário e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra).

Os Certificados de Depósito Bancário do Fundo BTG Pactual são remunerados a uma taxa de 101,5% a 101,8% do CDI em 30 de junho de 2012 (de 101,5% a 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

As Operações Compromissadas do Fundo BTG Pactual lastreadas por Debêntures de primeira linha estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 102,5% do CDI controladora e consolidado em 30 de junho de 2012 (de 102,5% do CDI em 31 de dezembro

de 2011)

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

	Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011
FIES	36.476	36.452
Mensalidades de alunos	261.655	241.404
Cartões a receber	20.008	12.165
Acordo a receber	32.827	26.430
Taxas a receber	(30)	4.379
	350.936	320.830
Créditos a identificar	(5.738)	(7.468)
Provisão para devedores duvidosos	(77.196)	(69.292)
	268.002	244.070

A composição do contas a receber foi reordenada para melhor apresentação dos saldos provenientes de acordos e negociações. O valor a receber de cartão de crédito está apresentado fora dos acordos a receber pois parte substancial do saldo é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/6/2012	%	31/12/2011	%
FIES	36.476	10%	36.452	11%
A vencer	76.246	22%	60.578	19%
Vencidas até 30 dias	43.860	12%	39.986	12%
Vencidas de 31 a 60 dias	29.015	8%	30.649	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	33.576	10%	31.485	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	54.567	16%	52.388	16%
Vencidas a mais de 180 dias	77.196	22%	69.292	22%
	350.936	100%	320.830	100%

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/3/2012	%	31/12/2011	%
A vencer	14.149	43%	9.098	34%
Vencidas até 30 dias	6.476	20%	4.006	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	1.560	5%	2.360	9%
Vencidas de 61 a 90 dias	1.533	5%	2.414	9%
Vencidas de 91 a 179 dias	3.414	10%	4.396	17%
Vencidas a mais de 180 dias	5.695	17%	4.156	16%
	32.827	100%	26.430	100%

Em virtude dos ajustes implementados a partir do exercício de 2010 na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	Aumento bruto da provisão para inadimplência					
	31/12/2011	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	30/6/2012
Mensalidades e taxa	56.815	73.515	(31.763)	41.752	(26.658)	71.909
Adquiridas	12.477	7.497	(5.552)	1.945	(9.135)	5.287
	69.292	81.012	(37.315)	43.697	(35.793)	77.196

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

No período findo em 30 de junho de 2012 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas comerciais', estava representada da seguinte forma:

	30/6/2012	30/6/2011
Complemento da provisão	38.697	24.958
Risco de crédito – FIES (*)	6.202	181
Baixa de cobrança e depósito não identificados	(1.469)	(2.379)

Outros

615
44.045
22.760

(*) Refere-se ao provisionamento da inadimplência de alunos FIES, o qual foi constituído da seguinte forma:

- (i) 2,25% para alunos com fiador, que refere-se ao percentual de perda histórica desses recebíveis;
- (ii) 7% para alunos que participam do Fundo Garantidor do FIES (FGEDUC) até Março de 2012;
- (iii) 5,63% para alunos que participam do Fundo Garantidor do FIES (FGEDUC) após Abril de 2012.

5. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	Controladora		Consolidado		Indexação
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	
ATIVO CIRCULANTE					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	814	19.783			110% CDI
IREP		2.722			110% CDI
NOVA ACADEMIA DO CONCURSO		182			110% CDI
FAL		924			110% CDI
FATERN		51			110% CDI
IREP	78	78			110% CDI
ATUAL					110% CDI
	<u>892</u>	<u>23.740</u>			
Pessoas ligadas			259	259	100% CDI
	<u>892</u>	<u>23.740</u>	<u>259</u>	<u>259</u>	
Despesas antecipadas (i)	158	1.399	158	1.415	
	<u>158</u>	<u>1.399</u>	<u>158</u>	<u>1.415</u>	
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
AFAC					
IREP	1.500				
NOVA ACADEMIA	390	1.204			
ESTÁCIO EDITORA		250			
SESES	36.950	43.642			
	<u>38.840</u>	<u>45.096</u>			
PASSIVO CIRCULANTE					
Sociedades controladas					
SESES	2.870	2.688			
IREP	6.070	8.833			
	<u>8.940</u>	<u>11.521</u>			

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria (“Contrato”) com a Marone Consultoria e Participações Ltda. (“Marone”), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a ARemor Consultoria e Treinamento Ltda (“ARemor”) cujo o objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Contratada para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Contratante junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Contratante venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, de acordo com orientações da Contratante, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhadas às diretrizes da Contratante e de seus controladores) para prospecção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) tecer rede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Contratante (p.e. GDO, Modelo 11, Ensino), (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Contratante e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, e (xv) demais outras atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da Contratante que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Contratante. Em Outubro de 2011 e janeiro de 2012 foram adiantados à ARemor R\$ 1.354 e R\$ 1.000, respectivamente, montando R\$ 2.354 que corresponde ao valor integral do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. O valor pago antecipadamente será considerado incorrido na medida em que as metas forem sendo batidas de forma consistente.

6. Despesa antecipada

	Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011
Seguros	949	95
IPTU a Apropriar	1.245	
Material didático (*)	5.981	3.517
Antecipação de férias e encargos	2.726	4.652
Outras despesas antecipadas	2.589	2.718
Total	13.490	10.982
Ativo circulante	12.835	10.318
Ativo não circulante	655	664
	13.490	10.982

(*) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem são contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período a que se referem.

7. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
IRPJ	5.626	5.142	14.252	13.249
CSLL	243	155	2.109	1.467
PIS	2	2	234	220
COFINS	14	13	770	758
ISS	74	58	502	1.906
INSS			586	586
FGTS			6	6
IOF	103	99	109	105
	6.062	5.469	18.568	18.297

8. Investimentos em controladas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2011	Opções outorgadas	Baixa de Investimento	Dividendos	Equivalência patrimonial	AFAC	30/6/2012
Investimento							
SESES	349.144	2.005			31.624	64.737	447.510
IREP	237.963			23.866 (i)	36.335	1.500	299.664
NOVA ACADEMIA	(243)		(256)		(896)	1.144	(251)
ESTACIO EDITORA	(15)						(15)
Total	586.849	2.005	(256)	23.866	67.063	67.381	746.908

	SESES	IREP	NOVA ACADEMIA	ESTÁCIO EDITORA
Participação no capital	100%	100%	100%	100%
Quantidade de quotas detidas	249.177	209.500	3015	1
Capital social integralizado	249.177	209.500	3015	1
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
30 de junho de 2012	410.560	298.164	(641)	(15)
31 de dezembro de 2011	305.502	237.963	(608)	(265)
01 de janeiro de 2011	113.337	224.131		
Saldo reserva - PROUNI				
30 de junho de 2012	27.663	28.464		
31 de dezembro de 2011	27.663	28.464		
01 de janeiro de 2011	12.080	15.463		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício				
30 de junho de 2012	31.624	36.334	(3.656)	(266)
31 de dezembro de 2011	30.358	51.873		
01 de janeiro de 2011	10.332	72.010	563	
Adiantamento para futuro aumento de capital				
30 de junho de 2012	36.950	1.500	390	
31 de dezembro de 2011	43.642		365	250
01 de janeiro de 2011	126.035	833		
Investimento total:				
30 de junho de 2012	447.510	299.664	(251)	(15)
31 de dezembro de 2011	349.144	237.963	(243)	(15)
01 de janeiro de 2011	239.372	224.964		
Investimento total:				
30 de junho de 2012	746.908			
31 de dezembro de 2011	586.849			
01 de janeiro de 2011	464.336			

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada IREP efetuou proposta de dividendo no montante de R\$ 36.865. Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2012, relativo à esses

dividendos propostos, foram aprovados R\$ 13.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R\$ 23.865 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguai. O valor da transação foi de US\$ 1.200.000,00, que convertido a taxa de cambio do dia da venda, é de R\$ 1.988 com a primeira parcela de US\$ 200.000,00 paga em outubro de 2011, e as demais em quatro parcelas anuais de US\$ 250.000,00. Com esta transação a Companhia obteve uma perda de R\$ 2.171, contabilizada como resultado de operações descontinuadas na data da alienação.

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 20.412 (R\$ 25.968 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 30 de junho de 2012.

9. Imobilizado

Imobilizado - Controladora

	Computadores e periféricos	Saldo Final
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.068	6.068
Aquisições		
Baixas		
Transferências		
Depreciação/amortização	(1.181)	(1.181)
Saldos em 30 de junho de 2012	4.887	4.887
Saldos em 30 de junho de 2012		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	(4.192)	(4.192)
Valor residual	4.887	4.887
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	(3.011)	(3.011)
Valor residual	6.068	6.068

Imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Saldo antes dos efeitos da nova prática	Desmobilização	Total
dos em 31 de dezembro de 2011	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	261.072	2.729	263.801
Decorrente de combinação de negócio				350	318	576	60	275		25		1.604		1.604
Adições		161	1.759	1.460	1.294	6.857	1.503	3.869	643	5.268	5.863	28.677	512	29.189
Baixas				(3)	(132)	(4)				(3)		(142)	(1.047)	(1.189)
Transferências		1.255	10.642					(18)		18	(11.897)			
Depreciação/amortização		(546)	(3.598)	(1.407)	(6.212)	(2.895)	(397)	(1.256)	(434)	(501)		(17.246)	(304)	(17.550)
Saldos em 30 de junho de 2012	19.830	46.384	38.212	23.357	28.588	26.474	11.372	43.232	7.081	13.809	15.626	273.965	1.890	275.855
Saldos em 30 de junho de 2012														
Decorrente de combinação de negócio				350	318	576	60	275		25		1.604		1.604
Custo total	19.830	84.126	99.300	49.619	78.453	48.014	22.307	76.581	11.532	17.673	15.626	523.061		523.061
Depreciação acumulada		(37.742)	(61.088)	(26.612)	(50.183)	(22.116)	(10.995)	(33.624)	(4.451)	(3.889)		(250.700)	1.890	(248.810)
Valor residual	19.830	46.384	38.212	23.357	28.588	26.474	11.372	43.232	7.081	13.809	15.626	273.965	1.890	275.855
Saldos em 31 de dezembro de 2011														
Decorrente de combinação de negócio			463	2.196	784	1.331	91	1.713	1.421	234	465	8.698		8.698
Custo total	19.830	82.710	86.436	45.272	89.557	39.018	20.632	69.035	9.468	12.057	21.195	495.210		495.210
Depreciação acumulada		(37.196)	(57.490)	(24.511)	(57.021)	(18.409)	(10.517)	(30.386)	(4.017)	(3.289)		(242.836)	2.729	(240.107)
Valor residual	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	261.072	2.729	263.801
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	11,11%	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	16,67%				

Conforme mencionado na Nota 10, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

10. Intangível

	Controladora				Consolidado								
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Fundo de comércio	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	76.209	6	818	77.033	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395	7.993	227.857
Adições	256			256	21.504	8.214			6.551		1.143	4.920	42.332
Baixas					(175)								(175)
Depreciação/amortização		(1)	(191)	(192)		(4.586)	(1.426)	(194)	(536)	(234)	(2.844)	(163)	(9.983)
Saldos em 30 de Junho de 2012	76.465	5	627	77.097	162.919	30.595	6.562	731	36.136	1.644	8.694	12.750	260.031
	Controladora				Consolidado								
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Fundo de comércio	Outros	Total
Saldos em 30 de Junho de 2012				81.551									
Custo total	80.726	7	818	(4.454)	169.843	65.982	14.255	1.940	41.791	2.348	11.538	13.178	320.875
Amortização acumulada	(4.261)	(2)	(191)		(6.924)	(35.387)	(7.693)	(1.209)	(5.655)	(704)	(2.844)	(428)	(60.844)
Valor residual	76.465	5	627	77.097	162.919	30.595	6.562	731	36.136	1.644	8.694	12.750	260.031
Saldos em 31 de dezembro de 2011				81.296									
Custo total	80.470	7	818	(4.263)	148.514	57.768	14.255	1.940	35.240	2.348	10.395	8.258	278.718
Amortização acumulada	(4.261)	(1)			(6.924)	(30.801)	(6.267)	(1.015)	(5.119)	(470)		(265)	(50.861)
Valor residual	76.209	6	818	77.033	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395	7.993	227.857
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20% aa	20% aa		Indefinida	20% aa	20% aa	20% aa	25% aa	20% aa		20% aa	

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Ágio em aquisições de investimentos				
IREP	62.442	62.442	89.090	89.090
ATUAL			15.503	15.503
SEAMA			18.868	
IDEZ			2.380	
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	15.154
NOVA ACADEMIA	14.018	13.762	14.018	13.762
ESTACIO EDITORA	5	5	5	5
	<u>76.465</u>	<u>76.209</u>	<u>162.919</u>	<u>141.590</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2011, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de novas unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			214	252
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a			4	39
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% a.a				
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.			7.283	2.471
Contratos de arrendamento mercantil Assist				1.658	1.842
Contratos de arrendamento mercantil CIT				129	
Aymoré Financiamentos	1,78% ao mês			12	
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a. 20% do contrato 7% a.a.				
Empréstimo IFC	CDI +1,53%	46.760	46.728	46.760	46.728
Emissão de Debentures	CDI +1,60%	200.459	201.472	200.459	201.472
Opção de Recompra de Ações Banco Itáu		1.823	1.591	1.823	1.592
Empréstimo - Banco do Brasil				14	
		249.042	249.791	258.356	254.396
Passivo circulante		3.811	4.901	7.742	6.549
Passivo não circulante		245.231	244.890	250.614	247.847
		249.042	249.791	258.356	254.396

O custo de transação do IFC em 30 de Junho de 2012 é de R\$ 2.637 (sendo R\$ 794 referentes ao 1º empréstimo e R\$ 1.842 referentes ao 2º empréstimo) e das Debêntures de R\$ 1.519.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
2013	2.740	1.468	4.552	2.947
2014	25.972	26.006	27.758	27.484
2015	45.973	46.006	47.758	46.006
2016	65.973	66.006	65.973	66.006
2017	85.973	86.006	85.973	86.006
2018	6.200	6.466	6.200	6.466
2019	6.200	6.466	6.200	6.466
2020	6.200	6.466	6.200	6.466
Passivo não circulante	<u>245.231</u>	<u>244.890</u>	<u>250.614</u>	<u>247.847</u>

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

Em garantia do IFC foi oferecida parte dos recebíveis de algumas unidades da IREP em conta vinculada, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo na conta vinculada de R\$ 10.000.

As debêntures bem como os contratos mantidos com o IFC contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012, a controladora e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura.

Os recursos captados serão destinados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos campi.

12. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Salários e encargos sociais a pagar	123	181	47.883	47.082
Provisão de férias			22.550	10.408
Provisão de 13º salário			13.174	
	123	181	83.607	57.490

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/6/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/6/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ISS a recolher	14	16	3.357	4.724
IRRF a recolher	13	60	4.405	5.344
IRPJ a recolher			0	3.215
CSLL a recolher		7	40	1.220
PIS e COFINS a recolher	40	179	1.022	1.060
IOF			63	64
	<u>67</u>	<u>262</u>	<u>8.887</u>	<u>15.627</u>

14. Parcelamento de tributos

	Consolidado	
	<u>30/6/2012</u>	<u>31/1012/2011</u>
IRPJ	78	70
CSLL	126	125
FGTS	12	13
PIS	88	80
COFINS	255	270
INSS	3.783	4.038
IPTU	15	54
	4.357	4.650
Passivo circulante	168	219
Passivo não circulante	4.189	4.431
	4.357	4.650

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras e Previdência Social.

Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente R\$ 33, restando ainda 26 de 140 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 e novembro de 2024, respectivamente.

	Consolidado	
	<u>30/6/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	357	361
2014	357	361
2015	357	361
2016	357	361
2017	357	361
2018 a 2027	2.404	2.626
	<u>4.189</u>	<u>4.431</u>

15. Compromissos a pagar

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Atual	1.274	1.275
Fal	87	1.332
Fatern	893	1.267
Seama	5.000	
Idez	697	
Montessori	1.500	1.500
Outros	44	
	9.495	5.374
Passivo circulante	3.542	5.374
Passivo não circulante	5.953	
	9.495	5.374

Rerefere-se basicamente o valor a pagar referente a aquisição das empresas relacionadas.

16. Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 30 de junho de 2012		
Cíveis	5.299	15.636
Trabalhistas	21.676	55.591
Tributárias	8	7.573
Saldo total	26.983	78.800
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Cíveis	4.206	11.929
Trabalhistas	27.870	45.273
Tributárias	343	6.362
Saldo total	32.419	63.564

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	343	27.894	4.182	32.419
Pro-Forma		277	25	302
Adições		2.460	2.468	4.928
Reversões	(335)	(3.226)	(781)	(4.342)
Baixas		(5.704)	(620)	(6.324)
Saldos em 30 de junho de 2012	8	21.701	5.274	26.983

No período findo em 30 de junho de 2012 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO RESULTADO

Adições	4.928
Reversões	(4.342)
DRE	586

a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 5.299 em 30 de junho de 2012 (R\$ 4.206 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com "bala perdida" sofrida por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da

referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos, os quais não modificaram o julgado. Adicionalmente, a SESES interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra pendente de julgamento. O saldo em 30 de junho de 2012 é de R\$ 1.373 (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2011).

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2012 é de R\$ 30.742 (R\$ 43.185 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

(i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela SESES. Embargos improvidos. Apelação cível interposta por ambas as partes. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500;

(ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Audiência de instrução marcada para o dia 08/11/2011. Autos conclusos para sentença desde 10/11/2011. O montante estimado é de R\$ 190;

(iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. A SESES já atende o comando judicial na medida em que não cobra valores para expedição do diploma. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 21.676 em 30 de junho 2012 (R\$ 27.870 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações trabalhistas, destacam-se:

- (i) Ação trabalhista movida por um Sindicato regional em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. A execução foi encerrada e o Sindicato levantou R\$1.702 que havia sido depositado pela Instituição para embargos à execução. Aguardando o arquivamento do processo
- (ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, bem como a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. O valor estimado da causa é R\$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2012 é de 89.746 (R\$ 77.311 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações trabalhistas não provisionadas destacam-se:

(i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES. O valor estimado é de R\$ 1.500;

(ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor estimado da causa é de R\$ 500;

(iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se aguardando sentença. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 50.

c) Tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 8 em 30 de junho de 2012 (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2011).

Da mesma forma, os nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2012 é de R\$ 233.926 (R\$ 206.934 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis intermediárias, podemos destacar:

(i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições

previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, decorrente do valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 30.09.2011 a SESES e a Estácio Participações foram intimadas para ciência de decisões de 1ª instância administrativa em parte desses autos de infração, dentre os quais alguns deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar a redução decorrente do reconhecimento da referida decadência, é de R\$ 543.510. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

(ii) Foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 188.111. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.

(iii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11.02.2011. Em 01.03.2011, foi

juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. Em 14.06.2011, a SESES apresentou suas contrarrazões à apelação. No momento, aguarda-se o julgamento da apelação. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 207.817;

(iv) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma *“nova sociedade por quotas limitadas”*; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. Em 10.09.2010, os autos foram remetidos para a Subgerência de Apoio Técnico. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 158.988. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;

Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 (*“Lei do PROUNI”*), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da *“Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário”*, sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação. Em 04.11.2010, os autos foram remetidos ao Ministério Público Federal, tendo retornado ao TRF, em 11.11.2010. com parecer favorável à tese defendida pela SESES. Em 30.09.2011, foi protocolado pedido de reconsideração da decisão que denegou o pedido de oferecimento de Carta de Fiança Bancária da SESES, afim de obter certidão positiva com efeito de negativa. Em 07.02.2012, o pedido

de reconsideração foi considerado como agravo interno pelo relator, e foi julgado improcedente. Em 23.02.2012, foi oposto embargos de declaração para modificar a decisão. Em 29.02.2012 houve desistência dos embargos em função do ajuizamento de ação cautelar com apresentação de seguro fiança a fim de suspender a exigibilidade do crédito e obter a CND. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 11.948. Em 07.08.2012 o TRF julgou favoravelmente a nossa Apelação. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembléia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni;

(v) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado é de R\$ 11.882. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível;

(vi) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 8.980;

(vii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo

de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490;

(viii) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.755;

(ix) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.877; e

(x) Ação anulatória de débito com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007, em antecipação aos atos da Fazenda Pública Municipal, que em razão da desistência do processo nº 201112200298, e saneamento do vício formal proveniente do Auto de Infração nº 132460. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 4.228;

(xi) Foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de 02/2007 a 12/2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 21.553. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17. Adiantamento de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de junho de 2012, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 16.356 (R\$ 17. 800 - 31/12/2011) classificado no passivo, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 30 de junho de 2012 o capital social é representado por 82.434.559 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia de 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011, é como segue:

Acionistas	30/06/2012	%	30/06/2011	%
Private Equity C, LLC	15.290.209	18,5%	15.290.209	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros	471.491	0,6%	3.486.906	4,2%
Tesouraria	252.500	0,3%	59.000	0,1%
Outros	65.993.555	80,1%	62.989.018	76,6%
	82.434.559	100,0%	82.251.937	100,0%

b) Movimentação das ações do capital

A Companhia não movimentou ações no período de seis meses findos em 30 de junho de 2012.

c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, encerrado em 11 de maio de 2011. Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, com encerramento previsto para 13 de julho de 2012.

As ações adquiridas poderão ser utilizadas para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de compra de ações da Companhia. O programa previu a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 30 de junho de 2012 e após encerramento deste programa, a Companhia havia recomprado 252.500 ações, com um custo médio de R\$ 18,84 por ação, e preço a mercado de R\$ 24,30 por ação na mesma data.

Movimentação das ações em tesouraria:

	Ordinária	Saldo
Aquisições no 2º trimestre de 2010	15.000	291
Aquisições no 3º trimestre de 2010	300	6
Aquisições no 1º trimestre de 2011	43.700	1.029
Aquisições no 3º trimestre de 2011	173.900	3.113
Aquisições no 4º trimestre de 2011	19.600	317
	252.500	4.756
Custo médio de aquisição em 30 de junho de 2012 por ação	18,84	
Valor de mercado em 30 de junho de 2012	24,30	

d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais

com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 2.006 durante o trimestre findo em 30 de junho de 2012 (R\$ 3.385 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011), conforme mencionado na Nota 21 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

e) Reserva de lucros

e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável. Desde a oferta pública secundária realizada em 2010, não há acordos de acionistas da Companhia

Em 30 de junho de 2012 a Companhia possui dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011 a pagar de R\$ 16.622, e R\$ 11.288 de dividendo a receber, cuja data de recebimento vai acontecer em agosto de 2012.

19. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2012 e 2011 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

c) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

d) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Uso de Caixa, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos da Companhia em 30 de junho de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2011.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 30 de maio de 2012 (8,50% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação da SELIC				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	8,50%	10,63%	12,75%
R\$ 149.733		12.727	15.909	19.091
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures	CDI+1,60	8,50%	10,63%	12,75%
R\$ 200.459		20.519	24.847	29.175
IFC	CDI+1,53	8,50%	10,63%	12,75%
R\$ 46.760		4.751	5.759	6.769
Posição líquida		(12.543)	(14.697)	(16.853)

Cenário queda da SELIC				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	8,50%	6,38%	4,25%
R\$ 149.733		12.727	9.545	6.364
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures	CDI+1,60	8,50%	6,38%	4,25%
R\$ 200.459		20.519	16.192	11.863
IFC	CDI+1,53	8,50%	6,38%	4,25%
R\$ 46.760		4.751	3.742	2.733
Posição líquida		(12.543)	(10.389)	(8.232)

f) Operações com derivativos

Em 27 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra (“calls”), e o lançamento de opções de venda (“puts” e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, conforme as condições abaixo, intermediada

pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI, mais spread de 1,5%, o que corresponde a aproximadamente 110% CDI.

A quantidade de opções de compra ou de venda a serem lançadas ou adquiridas são os mesmos constantes das informações divulgadas no Fato Relevante publicado em 15 de julho de 2011.

As opções serão liquidadas por meio da entrega física das ações mediante o pagamento do preço de exercício, o qual será determinado com base no preço das opções acrescido dos devidos encargos financeiros.

Até 30 de junho de 2012, a Companhia realizou operações de opções com vencimento até 15 de abril de 2013 com preço de exercício médio de R\$21,33 por ação.

O prazo máximo para realização das operações em referência é de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 3 de outubro de 2011 e o prazo de vencimento das opções não será superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de cada operação.

Desde o início do programa de financiamento para recompra de ações não houve exercício das opções pelas partes envolvidas na operação.

20. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	30/06/2012	31/12/2011
Responsabilidade Civil dos Diretores	80.000	80.000
Incendio de bens do imobilizado	97.530	66.792
Responsabilidade Civil	10.000	10.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Demais ramos	273.070	27.719

21. Remuneração dos administradores

a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 03 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 7.470 e R\$ 6.307, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 19 (b).

b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras

específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 20.12.2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 03.01.2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02.04.2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02.04.2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 30 de junho de 2012 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 616.552 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.982.308 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da Outorga	Preço spot*	Volatilidade Anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/07/2008	23,50	57,49%	6,85%	16,5	4,68	0,97%
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,5	4,68	1,62%
02/10/2008	14,60	55,87%	7,66%	16,5	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,5	4,68	1,55%
13/01/2009	13,20	63,99%	6,83%	16,5	4,68	1,72%
10/08/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,5	4,68	0,95%
29/09/2009	20,10	56,75%	5,64%	16,5	4,68	1,13%
11/01/2010	24,50	63,15%	6,23%	16,5	4,68	0,93%
01/03/2010	22,50	62,20%	6,21%	16,5	4,68	1,01%
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,2	4,68	1,62%
28/07/2010	20,20	58,84%	6,25%	19,2	4,68	1,52%
03/11/2010	25,20	57,60%	5,88%	19,2	4,68	1,52%
03/01/2011	27,00	56,55%	5,79%	23,6	4,68	1,14%
20/04/2011	23,40	54,94%	6,20%	23,6	4,68	1,32%
02/04/2012	19,51	51,66%	4,29%	19	4,68	1,65%

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 30 de junho de 2012 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 1.608 no trimestre findo em 30 de Junho de 2012 (com um acumulado no ano de R\$ 2.006 até 30.06.2012) (R\$ 3.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 30 de junho de 2012.

22. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de junho de 2012.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	30/06/2012	30/06/2011
Numerador		
Lucro líquido do período	54.981	36.651
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.343.248	82.144.989
Lucro líquido por ação básico	0,000667705	0,000446175

b) Lucro por ação diluído

	30/06/2012	30/06/2011
Numerador		
Lucro líquido do período	54.981	36.651
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.343.248	82.144.989
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	1.013.019	715.967
Média ponderada ajustada de ações em circulação	83.356.267	82.860.956
Lucro líquido por ação diluído	0,000659590	0,000442319

23. Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011
Receita bruta das atividades	965.956	806.023
Deduções da receita bruta	(293.982)	(240.314)
Gratuidades - bolsas de estudo	(256.069)	(206.919)
Devolução de mensalidades e taxas	(4.163)	(4.953)
Descontos concedidos	(2.790)	(4.374)
Impostos	(30.960)	(24.068)
Receita líquida das atividades	671.974	565.709

24. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Outras Receitas Operacionais	446	407	638	515
Receitas com Convênios	900	900	1.532	1.552
Receitas de Aluguéis			4.235	1.988
Reversões de provisões administrativas			201	
	1.346	1.307	6.606	4.055

25. Custos diretos dos serviços prestados

Custos diretos dos serviços prestados	Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011
Pessoal e encargos sociais	(303.911)	(284.133)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(14.074)	(12.927)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(57.575)	(51.031)
Correios e Malotes	(3.088)	(1.320)
Depreciação e amortização	(19.212)	(11.343)
Material Didático	(14.876)	(11.419)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(13.343)	(11.184)
Outros		
Custos diretos dos serviços prestados	(426.079)	(383.357)

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(44.045)	(22.760)
Publicidade			(32.066)	(27.926)
Vendas e marketing			(9.672)	(10.081)
Despesas comerciais			(85.783)	(60.767)
Pessoal e encargos sociais	(1.047)	(2.209)	(41.709)	(32.797)
Serviços de terceiros	(2.303)	(2.495)	(22.632)	(20.368)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(562)	(1.381)
Material de consumo			(745)	(753)
Manutenção e reparos				
Depreciação e amortização	(1.761)	(1.156)	(8.709)	(7.194)
Outras	(1.442)	(2.169)	(24.721)	(24.854)
Provisão para contingências		2.909	(586)	2.729
Despesas gerais e administrativas	(6.553)	(5.120)	(99.663)	(84.618)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			5.486	6.873
Rendimentos de aplicações financeiras	6.246	949	7.329	4.957
Outras	1.398	385	1.258	800
	<u>7.644</u>	<u>1.334</u>	<u>14.073</u>	<u>12.630</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	419	25	3.397	2.293
Juros e encargos financeiros	13.676	445	14.351	1.843
Perdão de dívida		3.298		3.298
Descontos financeiros			5.098	3.856
Outras	424	59	2.345	1.787
	<u>14.519</u>	<u>3.827</u>	<u>25.191</u>	<u>13.077</u>

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.981	36.651	55.911	40.539
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(18.694)	(12.461)	(19.010)	(13.783)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			181	(429)
Equivalência patrimonial	22.801	14.609		
Despesas não dedutíveis (a)	(402)	(1.514)	(710)	(2.163)
Provisão de Bônus			3.060	
Compensação de prejuízo fiscal	(3.705)	(634)	(3.862)	(1.268)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas			(103)	
Provisão para contingências			(204)	(61)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)				4.621
Reversões de provisões administrativas			68	
Provisão para perda no imobilizado				
Outras			60	48
			(20.520)	(13.035)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			20.412	13.164
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período			(108)	129
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	-0,19%	0,32%

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades..

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Imposto de renda e contribuição social do período corrente			(108)	129
Imposto de renda e contribuição social diferidos do período corrente			(837)	(4.017)
Imposto de renda e contribuição social períodos anteriores			15	
			(930)	(3.888)

Em 30 de junho de 2012 as controladas SESES e IREP possuem credito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 10.716. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado credito encontra-se resumida a seguir:

	30/06/2012	31/12/2012
Provisão para contingência	10.651	10.581
Mensalidades a cancelar	43	44
Provisão para desmobilização	2.739	2.740
Amortização ágio	(2.717)	(1.812)
	10.716	11.553
Ativo	13.434	13.365
Passivo	(2.718)	(1.812)
	10.716	11.553

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 30 de junho de 2012 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 30 de junho de 2012 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo no montante de R\$ 2.718 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 30 de junho de 2012 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 13.613. (R\$ 8.023 em 31 de dezembro de 2011) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

28. Eventos subsequentes

Em 28 de maio de 2012 foi assinado, sob condições resolutivas, o contrato de compra e venda da UB Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis"), com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"). Em 28 de agosto de 2012 as condições precedentes de ambas as partes serem cumpridas e a aquisição será consumada.

O valor da transação foi de R\$ 28.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos (informações não auditadas). A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

Em 01 de agosto de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL S/S LTDA. ("FARGS"), mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul,

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.320, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfolio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação além de cursos de extensão e cursos livres.

Nesta mesma data, a Companhia formalizou o compromisso de compra da totalidade das ações da UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O valor da transação foi de R\$ 1.725, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A UNIUOL Foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfolio 3 cursos de graduação tecnólogos e 6 de pós-graduação.